

ENTRE A CONTINUIDADE E A RENOVAÇÃO: REELEIÇÃO, REAPRESENTAÇÃO E RENOVAÇÃO POLÍTICA ENTRE OS PARLAMENTARES DO MATO GROSSO DO SUL (1990-2018)

BETWEEN CONTINUITY AND RENEWAL: REELECTION, RE-PRESENTATION AND POLITICAL RENEWAL AMONG PARLIAMENTARIANS FROM MATO GROSSO DO SUL (1990-2018)

Juliel de Oliveira Batista¹

<https://orcid.org/0000-0003-1857-6342>
<http://lattes.cnpq.br/2466565302657438>

Marcos Antonio da Silva²

<https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>
<http://lattes.cnpq.br/8590672637571334>

Recebido em: 31/08/2021

Aceito em: 02/01/2022

RESUMO: O presente trabalho discute os índices de reeleição e renovação política entre os senadores, deputados estaduais e federais de Mato Grosso do Sul, considerando os resultados eleitorais entre 1990 e 2018. Para isto, desenvolve uma análise bibliográfica do tema, discutindo os principais elementos relacionados a reeleição, reapresentação de candidaturas e renovação política, considerando como tal mecanismo se insere no sistema político, partidário e eleitoral brasileiro, relacionando-o ao sistema proporcional de lista aberta, a importância do poder executivo nas estratégias eleitorais e ao desenvolvimento das carreiras políticas. Em seguida, apresenta e analisa, a partir dos resultados eleitorais do estado, os índices de reeleição, reapresentação e renovação das bancadas mencionadas, demonstrando que é relativamente elevado o índice de reeleição no estado, indicando menor renovação política e seus efeitos no sistema político e partidário local.

Palavras-chave: Eleições; Reeleição; Renovação; Reapresentação.

ABSTRACT: This paper discusses the rates of reelection and political renewal among senators, state and federal deputies of Mato Grosso do Sul, considering the electoral results between 1990 and 2018. For this, it develops a bibliographical analysis of the theme, discussing the main elements related to re-election, re-presentation of candidacies and political renewal, considering how such a mechanism is inserted in the Brazilian political, party and electoral system, relating it to the open list proportional system, the importance of the executive power in electoral strategies and the development of political careers. It then presents and analyzes, based on the state's electoral results, the reelection, re-presentation and renewal rates of the mentioned benches, demonstrating that the reelection rate in the state is relatively high, indicating less political renewal and its effects on the political system and local partisan.

Keywords: Elections; Re-election; Renovation; Resubmission.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) na mesma instituição. Email: julielbatista@outlook.com.

² Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre a América Latina (LIAL). Email: marcossilva@ufgd.edu.br.

INTRODUÇÃO

As eleições são um elemento essencial da democracia e influenciam toda a dinâmica política e partidária, contribuindo para a formação dos governos, a atuação dos partidos e, principalmente, a emergência ou substituição de novas lideranças políticas, determinando a longevidade ou o caráter esporádico de lideranças políticas nacionais ou locais.

Deste modo, é fundamental compreender a dinâmica eleitoral, como se propõe este trabalho, em relação ao desenvolvimento das carreiras políticas, discutindo como ocorrem a reeleição e renovação das lideranças políticas e bancadas partidárias, pois tal temática, além de propiciar maior compreensão da dinâmica política, é fundamental para a análise dos dilemas e desafios que emergem no sistema democrático.

No caso brasileiro, apesar da existência de uma relativa bibliografia sobre a temática da reeleição discutindo suas causas, dinâmica e impactos, que abordam, principalmente, análises relacionadas ao congresso nacional ou aos cargos ligados ao poder executivo (presidente, governadores e prefeitos), ainda persistem lacunas importantes sobre a reeleição em outros cargos representativos e como esta se desenvolve nos diversos estados da federação, assim como dos índices relacionados a reapresentação de candidaturas e, por consequência, da renovação nas bancadas eleitas na representação legislativa (senadores, deputados estaduais e federais), tornando-se necessário o desenvolvimento de estudos sobre o tema como se pretende neste trabalho.

Neste sentido, este trabalho procura analisar o processo de reeleição e renovação dos parlamentares do Mato Grosso do Sul, entre os pleitos de 1990 e 2018, abarcando oito eleições do poder legislativo, considerando os deputados estaduais eleitos para a Assembléia Legislativa (ALEMS) e o caso dos deputados federais e senadores eleitos para o Congresso Nacional para, a partir disto, oferecer uma compreensão de sua dinâmica e efeitos no sistema político e partidário regional e sua interação com a dinâmica nacional.

Para isto, procura se fundamentar numa metodologia que combina a análise da literatura existente sobre o tema, incorporando debates e contribuições já existentes, relacionados aos conceitos de reeleição, reapresentação de candidaturas, renovação política e desenvolvimento das carreiras políticas que, em seguida, são combinados com o levantamento dos resultados eleitorais do estado, a partir dos dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE) referentes ao período mencionado (1990-2018), para o desenvolvimento da análise sobre a reeleição e renovação das bancadas eleitas no estado e sua relação com a dinâmica nacional.

Desta forma, este trabalho contém, além da introdução e conclusão, duas seções. A primeira discute a literatura acerca da reeleição, reapresentação de candidaturas e desenvolvimento de carreira política, além da discussão sobre a renovação política, relacionando ao sistema político brasileiro para refletir sobre suas causas, dinâmicas e impactos. A segunda seção apresenta os dados eleitorais do Mato Grosso do Sul relacionados à temática, discutindo a constituição das bancadas estaduais e federais do estado e, a partir disto, analisa os índices de reeleição, reapresentação e renovação política do estado e sua interação com o que ocorre no plano nacional.

REELEIÇÃO E RENOVAÇÃO DAS CARREIRAS POLÍTICAS E BANCADAS: UMA DESMISTIFICAÇÃO NECESSÁRIA

Existe uma relativa bibliografia sobre a reeleição, o desenvolvimento de carreiras políticas e a renovação (ou não) do sistema político brasileiro que procura abordar tal temática considerando diversos elementos relacionados ao formato do sistema eleitoral brasileiro, a atuação dos partidos políticos, ao desempenho dos governos e ao papel desempenhado pelo poder executivo, analisando como podem contribuir para a compreensão de tal fenômeno.

Neste sentido, o modelo de sistema eleitoral adotado no Brasil (o sistema proporcional de lista aberta) propicia uma competição inter e intrapartidária, que favorece o desenvolvimento de uma atuação individualista em detrimento das estruturas partidárias, que interfere nas estratégias eleitorais de candidatos e partidos. Desta forma, o quociente eleitoral partidário tende a incidir sobre a representatividade partidária no poder legislativo (federal, estadual e municipal) pois os votos são somados através de contas aritméticas e de um determinado quociente eleitoral que varia entre os mais variados distritos eleitorais (estado e município) (NICOLAU, 1999; AVELAR e CINTRA, 2007).

Este sistema oferece possibilidades interessantes, porém, como apontam inúmeros autores, apresenta problemas estruturais que afetam, de uma ou outra forma, o processo político e partidário no país, pois:

O sistema eleitoral de representação proporcional com lista aberta, adotado nas eleições brasileiras para a Câmara dos Deputados (e também para as assembleias legislativas e para as câmaras de vereadores), muitas vezes, é criticado por enfraquecer os partidos políticos e o vínculo destes com os eleitores, levando a competição política a girar em torno de personalidades individuais e não de plataformas partidárias (MANCUSO, UEHARA, SBEGUE e SAMPAIO, 2013, p.7).

Da mesma forma, a representação proporcional de lista aberta afeta a dinâmica partidária e acentua o caráter personalista da política partidária brasileira, dificultando a institucionalização dos partidos políticos no Brasil, pois:

(...) como o cargo é preenchido pelo sistema proporcional com “lista aberta” - e não pelo sistema majoritário, como ocorre nos EUA-, os votos obtidos pessoalmente são essenciais para que o candidato fique bem posicionado na lista, o que torna a disputa mais incerta e não fornece vantagens claras ao incumbent (BARRETO, 2017, p.3).

Sendo assim, as eleições se constituem num mecanismo determinante para o desenvolvimento de carreiras políticas pois, devido ao seu caráter periódico, seu formato e dinâmica são fundamentais para as opções, escolhas e estratégias para todos aqueles que desejam se eleger ou reeleger para qualquer cargo público e, principalmente, os cargos legislativos.

Portanto, diante do momento eleitoral os políticos devem optar por três decisões básicas para o desenvolvimento de suas carreiras: concorrer a um cargo legislativo mais baixo (ambição regressiva), concorrer a cargos mais elevados da hierarquia política (ambição progressiva) ou se retirar da vida política (quando se retiram ou aposentam) como apontam Leoni, Pereira, Rennó (2003).

Desta forma, as estratégias utilizadas para o desenvolvimento das campanhas eleitorais serão fundamentais para seu fracasso ou sucesso e, desta forma, pode-se apontar que suas ambições políticas, sejam elas de qualquer natureza, associadas as estratégias políticas e eleitorais, de aliados e adversários, irão determinar o formato e a dinâmica do jogo político e eleitoral na ocasião, inclusive dos potenciais e riscos que oferecem determinadas opções políticas (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003).

Sendo assim, é possível perceber tanto a ambição progressiva ou a ambição regressiva levam o político a uma reflexão fundamental para o desenvolvimento de sua carreira política, pois como aponta Bezerra (1999): “o político com mandato não é um ser desconectado da sociedade. Seu mandato existe em função de sua ambição, mas também em função de um grupo social com demandas políticas, que têm expectativa de que seu representante as concretize” (apud FLORENTINO, 2008, p. 4).

Vale destacar que a escolha do político, em se retirar ou se reapresentar, é fundamental para compreender a possibilidade dos indicadores relacionados à renovação (ou não) dos cargos representativos que ocupam.

Neste sentido, podemos apontar que a renovação, como menciona Fleischer (1980), indica a entrada de novos agentes políticos em cena, deste modo chamados de “calouros” e “novatos” em uma determinada legislatura, renovando as bancadas eleitas para determinado nível de representação eleitoral. À vista disso, o político que não exercia um mandato na legislatura anterior, é de fato um integrante “novo” no cenário político de uma determinada instituição. O outro elemento se refere a desistência, que pode possuir inúmeras razões, indicando a retirada da atividade política ou a saída da cena política de um determinado representante como aponta Barreto (2008).

Por fim, como também menciona o autor acima, outro elemento associado ao debate sobre a reeleição e renovação relaciona-se noção de reapresentação, ou seja, naquela a qual um político está inserido em um cenário institucional e tenta uma vez mais aquele cargo, indicando sua reapresentação para o mesmo cargo público que ocupa.

A partir disto, constata-se que a reeleição é um mecanismo que permite a determinado político, que já possui um mandato, se candidatar novamente e, caso triunfe, dar continuidade a um mandato já existente.

Neste sentido, vale observar que a reeleição, no âmbito legislativo, é ilimitada, podendo o parlamentar se reapresentar quantas vezes desejar, diferenciando-se do poder executivo em que a reeleição é limitada a um segundo mandato. Isto certamente impacta o desenvolvimento de carreiras políticas e as estratégias eleitorais dos candidatos.

Sendo assim, quando os políticos escolhem se candidatarem para o mesmo cargo (reapresentação), a compreensão de que esta opção possui um razoável grau de sucesso é fundamental, principalmente quando se considera o congresso nacional ou as assembleias legislativas como indicam Leoni, Pereira e Rennó (2003), Samuels (2000) ou Avelar e Cintra (2007).

Desta forma, podemos observar que:

Se a Câmara não é um locus que atrai os políticos mais eficientes, nem que estimule carreiras duradouras, onde esses políticos podem adquirir a experiência e o conhecimento necessários para se tornarem melhores servidores públicos, as chances do poder legislativo brasileiro de se tornar um ator central da formulação de políticas são desanimadoras (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003, p. 2).

Além disto, vale destacar que os estudos sobre a reeleição no Brasil parecem indicar que o país compartilha índices parecidos ao de outros países, pois segundo Brambor e Ceneviva:

(...) há consenso nos trabalhos empíricos que os congressistas desfrutam de uma considerável vantagem eleitoral nas eleições legislativas nos EUA. (...) estima-se em média cerca de 90% dos deputados que concorrem a reeleição ... foram bem-sucedidos (...). (...) as taxas de reeleição dos deputados federais brasileiros indicam que a renovação na Câmara é de cerca de 50% dos congressistas a cada nova legislatura (BRAMBOR e CENEVIVA, 2012, p. 2).

Diante disto, inúmeras análises apontam que, ao contrário do que o senso comum acredita, as taxas de reeleição no Brasil são baixas em comparação com outras democracias liberais e, portanto, as taxas de renovação gozam de um alto índice tanto na câmara federal quanto nas assembleias legislativas. Isso se deve, entre outras razões, ao sistema eleitoral brasileiro que incentiva “práticas políticas individualistas e para a busca do voto pessoal” como mencionam Brambor e Ceneviva (2012), Avelar e Cintra (2007) e Nicolau (1999).

De toda forma, é preciso considerar que, no caso do senado federal, em que o mandato é mais longo (8 anos), com possibilidade de contínuas reeleições, os índices de renovação são menores, como apontam por Neiva e Izumi, (2014) e que seus quadros parecem gozar de um perfil mais conservador e elitista. Sendo assim, o cargo de senador possui um status importante e, portanto, possui um peso significativo nas ambições de todos aqueles que se envolvem com a atividade política e planejam suas carreiras políticas. Isto pode nos ajudar a compreender porque a ambição progressiva é algo muito presente nos senadores, diferenciando-a do que ocorre para a câmara dos deputados ou nas assembleias legislativas.

Além disto, inúmeros senadores têm forte vínculo com o poder executivo, seja estadual ou até federal, utilizando tal posto para alcançar governos estaduais, ministérios ou a presidência da república, pois:

(...) muitos senadores exerceram cargos superiores, tais como governador de estado, ministro e até presidente e vice-presidente da República. Segundo Neiva (2011), quase metade deles ocupou tais cargos no período posterior à constituição de 1988, contra apenas 20% dos deputados. Com uma evidência de “ambição progressiva”, o autor afirma que mais de 50% dos senadores que tomaram posse no período de 1987 a 2000, ocuparam anteriormente o cargo de deputado, enquanto o inverso só aconteceu em 1,5% dos casos (NEIVA e IZUMI, 2014, 2).

Sendo assim, pode-se observar que, tanto para o senado, como para os deputados federais e estaduais é muito importante a relação estabelecida com o poder executivo (governadores e presidente da república) e os benefícios, principalmente derivados dos efeitos de emendas parlamentares ou da presença em atos governamentais, que tal relação pode propiciar ao desenvolvimento da carreira política pois o padrão de relacionamento entre executivo e legislativo pode impulsionar as chances de reeleição como apontam Pereira e Rennó: “Emendas é uma variável que mede a proporção das verbas pelo poder executivo das emendas individuais de cada deputado” (PEREIRA e RENNÓ, 2007, p.3)

Apesar disto, as emendas parlamentares embora sejam um fator importante para o desenvolvimento das carreiras eleitorais não pode ser considerado um fator determinante ou exclusivo para a reeleição de um determinado representante, pois como aponta Lago e Rotta:

“(...) também pode ocorrer que mais emendas liberadas estariam relacionadas à diminuição dos votos em relação à eleição anterior” (LAGO e ROTTA, 2014, p. 4).

Neste sentido, os efeitos das emendas parlamentares no mecanismo de reeleição parecem estar associado, como apontam Lago e Rotta (2014), a três elementos que determinam a associação direta entre a liberação de emendas e recursos com as taxas de reeleição pois, segundo eles:

é preciso que essas emendas sejam destinadas a municípios que não estejam entre os que mais contribuíram para a eleição do parlamentar na eleição anterior; (...) é preciso que as emendas sejam efetivamente liberadas, não bastando apenas a sua proposição; (...) o impacto das emendas nas chances de conquistar votos aumenta se os recursos forem transferidos nos últimos dois anos de mandato (LAGO e ROTTA, 2014, p. 11).

Desta forma, apesar da liberação dos recursos por vezes estarem se destinando a redutos que na eleição anterior foram importantes na vitória, isso pode não se mostrar viável quando se pensa em reeleição. Porém, se o deputado obtém uma liberação e não simplesmente a proposição na emenda em um determinado reduto, que na eleição anterior não havia angariado uma grande quantidade de votos, isso se demonstra muito mais eficaz, e, portanto, mais útil na tentativa de se conseguir a manutenção de sua carreira política, ampliando sua base eleitoral.

Uma outra variável importante que deve ser considerada, em relação à reeleição, refere-se ao perfil da candidatura executiva presidencial ou para governo estadual e seu impacto nas campanhas eleitorais. Isto se refere, ao que boa parte da literatura norte-americana sobre o tema denomina de *open seat*, quando um determinado candidato de cargo executivo (presidência ou governador) sai do cenário, pois somente é permitida uma reeleição. Neste sentido, se o ocupante (presidente ou o governador) é considerado um *lame duck* as chances e a capacidade, portanto, da interferência dele no cenário legislativo se reduzem de maneira significativa, pois como apontam Pereira e Rennó: “(...) *open seat*, em que não há candidato à reeleição, é esperado que o efeito do executivo sobre o futuro eleitoral dos legisladores candidatos à reeleição deve ser menor” (PEREIRA e RENNÓ, 2007, p. 2).

Portanto, o início ou o final do ciclo presidencial de uma liderança é importante para se observar como as eleições legislativas irão se desenvolver, o que também pode ocorrer no plano estadual com a aplicação de tal lógica (*open seat*) aos governadores e seus efeitos na votação das candidaturas ao legislativo.

Sendo assim, pode-se observar que quando se inicia o ciclo de um presidente, a tendência é que impulsione um bom número de parlamentares que eram aliados ou apoiadores, membros partidários ou aliados de suas coligações eleitorais. Porém, caso esteja em um momento de *open seat*, os efeitos podem ser inversos, dependendo o grau de avaliação (positiva ou negativa) do governo, pois presidentes ou governadores desgastados tendem a impactar negativamente seus partidos ou coligações.

De toda forma, o nível de popularidade que o chefe do poder executivo alcança em um determinado momento pode incidir, positiva ou negativamente, no desempenho eleitoral dos candidatos, pois quanto maior a popularidade maior a chance de um parlamentar governista obter sucesso na eleição seguinte como demonstram Pereira e Rennó (2007).

Isto pode estar relacionado a ligação de um parlamentar a base, governista ou oposicionista, em que aqueles que apoiam o governo se beneficiam da popularidade do governante. Neste sentido, vale observar que é mais determinante, em termos de desempenho eleitoral, o peso das candidaturas de governadores, em detrimento dos candidatos presidenciais, pois como aponta Samuels e confirmam Pereira e Rennó:

(...) David Samuels (2000) argumenta que o sistema eleitoral brasileiro oferece fortes incentivos para que os candidatos a cargos no legislativo federal organizem suas campanhas tendo como referência o candidato a governador do estado, ao invés do candidato a Presidente. Para ele o que existiria no Brasil seria um efeito coattail do governador, pois os candidatos ao legislativo obteriam maiores frutos eleitorais construindo alianças com “poderosos” governadores (PEREIRA e RENNÓ, 2007, p.5).

Sendo assim, é fundamental apontar que a influência do poder executivo (municipal, estadual e federal) é um fator relevante no que se refere a dinâmica das eleições do poder legislativo (estadual e federal).

Além disto, a atuação do parlamentar e sua inserção no funcionamento interno do congresso nacional e das assembleias legislativas também é importante para a reeleição (ou não) de um parlamentar. Desta forma, o comportamento do legislador tem forte influência sobre suas possibilidades de desenvolvimento de uma carreira política e sua inserção em comissões, debates ou outras iniciativas pode ser fundamental para tal processo e como argumentam Pereira e Rennó (2007), também pode contribuir para a liberação (ou não) das emendas parlamentares e outras formas de exposição ou exclusão derivadas do poder executivo, incidindo sobre sua carreira política.

Neste sentido, um parlamentar quando ingressa na vida pública fica entre dois ambientes diferentes, mas ao mesmo tempo de essencial importância, o parlamento (*work horses*), e as suas respectivas bases eleitorais (*show horses*). Será que a ênfase em ações e trabalhos dentro do parlamento são mais eficazes que a atuação desenvolvida nas suas bases eleitorais?

Para Pereira e Rennó (2007) é primordial equilibrar a atuação parlamentar entre a atividade local e ação profissional no parlamento. Utilizando o caso americano aponta que o dilema “*Washington career vesus home career*” ocorre pois: “Ter uma carreira nacional significa ocupar posições de poder dentro do legislativo; de outro lado, o foco na dimensão local não pode ser perdido, pois também é necessária a manutenção e a sustentação da rede local (home network) do legislador” (PEREIRA e RENNÓ, 2007, p.4), assim como também indica Fenno (1978), que destaca a importância do comportamento parlamentar para aumentar ou diminuir as chances de reeleição de um candidato.

Da mesma forma, Lago e Rotta (2014) apontam que um político que consegue estabelecer um retrato de luta pelo seu reduto eleitoral, em sua localidade, acaba aumentando e consequentemente ganhando cada vez maiores chances de êxito eleitoral.

Sendo assim, quando um parlamentar consegue de fato alcançar seu reduto eleitoral, isso se torna muito positivo para ele e incide sobre suas chances de reeleição pois, desta forma, entrega de “benefícios clientelistas às bases eleitorais”, cujo termo técnico seria “*pork barrel*”, transformando-se em mais um fator que ajuda na reeleição parlamentar, convertendo o legislador em um forte concorrente eleitoral como demonstram Mancuso, Uehara, Sbsegue e Sampaio (2013).

Diante disto, um parlamentar que consegue êxito na sua função parlamentar, seja dentro ou fora do parlamento, não só tende a disputar ambição estática como leva vantagem na disputa. Porém, é importante ressaltar que isto não significa que o exercício da função parlamentar, seja algo que possa propiciar uma tentativa de se progredir na carreira política, pois outros fatores devem ser considerados como a propaganda de suas ações perante o potencial eleitorado, emendas parlamentares e aportes de recursos a determinada base eleitoral ou seus posicionamentos políticos e ideológicos diante de questões fundamentais (LAGO e ROTTA, 2014).

Neste sentido, o reduto eleitoral, e seu papel no sistema eleitoral adotado no país, deve ser algo na qual o político deva se atentar para a análise do processo de reeleição. Desta forma, ao contrário de outros países, em que há distritos eleitorais majoritários para eleições legislativas que concentram a atuação do parlamentar, no Brasil os distritos eleitorais se confundem com as unidades federativas, dificultando sua atuação e encarecendo as campanhas eleitorais. Isto leva a necessidade de superação do chamado voto concentrado, pois quanto maior a concentração de votos que um determinado político tem numa localidade, maior o risco do insucesso dele pois: “os candidatos com voto concentrado concorreram com menor probabilidade a cargos mais altos, pois não são suficientemente conhecidos em todo o distrito para encarar uma eleição majoritária. Os que contam com votos mais espalhados e são mais conhecidos em mais lugares sentem-se provavelmente mais confiantes para assumir o risco de concorrer a um posto mais alto” (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003, p.7).

Por fim, outro elemento a ser considerado, nos debates sobre reeleição, refere-se ao partido político e seu processo de elaboração das listas e condução das campanhas eleitorais pois, apesar da importância dos partidos, é preciso considerar, na dimensão organizativa e de atuação político-eleitoral, que: “o mecanismo de seleção dos candidatos e algumas regras partidárias criam incentivos para um comportamento individualista e antipartidário” (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003, p. 3).

Desta forma, o processo de escolhas de candidatos envolvem a existência de candidatos natos na disputa eleitoral, que tem um certo “direito” e prioridade na disputa eleitoral, portanto as convenções são meramente taxativas e chancelam acordos anteriormente e, neste sentido, deve-se observar que, caso algum parlamentar almeje uma ambição progressiva, por exemplo para governador de estado, só pode se candidatar com o aval do partido político e de seus dirigentes, já que o posto natural é aquele que busca a reeleição ou até os prediletos dos dirigentes, como elencado por Florentino (2008).

A posição do parlamentar dentro da esfera partidária é essencial para que ele consiga angariar apoio suficiente para a sua candidatura, definindo seu protagonismo ou seu papel subordinado em termos de visibilidade e recursos. Desta forma, quanto maior o papel de destaque, maior sua visibilidade e identificação com os eleitores que o acompanham, impactando positivamente a performance eleitoral, demonstrado por Pereira e Rennó (2007). Além disto, deve estar atento ao processo de constituição das coligações eleitorais, pois: “Para garantir sua indicação, o candidato precisa fazer alianças políticas municipais e estaduais, diminuindo o impacto da linha política do partido, e ao mesmo tempo, orientando o comportamento do legislador no sentido de atender a clientela local” (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003, p.4).

Sendo assim, a exposição do político impacta diretamente sua candidatura, o que pode ser denominado de *credit claiming*, ou seja, é quando o parlamentar consegue expor de forma significativa seus feitos dentro e fora do parlamento, junto aos seus eleitores como apontam Lago e Rotta (2014) e Brambor e Ceneviva (2012). Neste sentido, uma das estratégias de exposição de parlamentares é a candidatura a outros pleitos (como prefeito) pois: “É possível supor que vários parlamentares optem por concorrer a prefeito como uma estratégia para manter seus nomes em evidência, aumentando assim as suas chances à reeleição (...)” (PEREIRA e RENNÓ, 2007, p.8).

A partir dessa análise compreendemos que para um parlamentar não se candidatar em um cargo mais elevado, ou sair da esfera política, existem inúmeros fatores que acabam condicionando tal decisão associados a: “deputados que se encontram em oposição ao governo-candidato mais forte à presidência; políticos envolvidos em escândalos; lideranças em idade avançada saem e constroem um sucessor; empresários saem do Congresso e voltam para as suas empresas; políticos de primeiro mandato que não se adaptam à rotina legislativa;” (FLORENTINO, 2008, p. 8). A observação destes elementos também nos leva a compreensão dos índices de renovação de cada pleito eleitoral.

De toda forma, a reeleição está ligada diretamente com a carreira que um determinado parlamentar quer seguir, ou seja, as ambições de cada um deles, na conjuntura eleitoral, como a questão partidária, influência do executivo, a performance (a questão mais importante) do parlamentar, assim sendo se tal teve um protagonismo no legislativo. Com isso inúmeros fatores são condicionantes para a reeleição, inclusive a chamada reapresentação do parlamentar, que interfere diretamente na dinâmica e nos dados da reeleição, quanto maior o número de reapresentações, a tendência é de maior número de reeleitos, e quanto menor maior o de renovação, como mostraremos na seção abaixo.

Sendo assim, podemos constatar que a análise da reeleição e a renovação é um processo político complexo e que demanda inúmeros recursos, elementos e dados para que se possa constatar como opera em uma realidade determinada ou em relação a um partido ou político específico. É o que pretendemos desenvolver, na próxima seção, analisar o processo de reeleição e renovação dos parlamentares (senadores, deputados estaduais e federais) de Mato Grosso do Sul entre 1990 e 2018.

REELEIÇÃO E RENOVAÇÃO DAS BANCADAS EM MATO GROSSO DO SUL: DINÂMICAS, DESAFIOS E INTERAÇÃO NACIONAL

Como analisamos acima, a discussão sobre a reeleição e a renovação é extremamente complexa, revelando elementos importantes do sistema político, eleitoral e partidário e das relações entre legislativo e executivo em cada país. Além disto, é preciso considerar as reapresentações dos políticos como aponta Barreto (2008), considerando suas ambições políticas como discutem Leoni, Pereira e Rennó (2003), procurando compreender o desenvolvimento de carreiras políticas ou como a atuação parlamentar é fundamental como analisa Samuels (2000) ou Fenno (1978).

Além disto, vale observar que, apesar de incipiente, diversos estudos sobre a política sul-mato-grossense emergiram nos últimos anos. Neste sentido, destaca-se o significativo trabalho de Bittar (2009), que se constitui numa referência fundamental para compreender a formação do estado e a atuação das elites políticas locais (ou tradicionais). Além deste,

merece menção, apesar da ênfase histórica, o livro de Chagas (2016) que analisa as eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul. Finalmente, pode-se apontar a coletânea organizada, recentemente, por Miranda, Silva e Miranda (2019), envolvendo diversas dimensões da política estadual que, embora trate de aspectos fundamentais, não analisam o tema da reeleição, discutido neste trabalho.

Diante disto, é possível observar que, no Mato Grosso do Sul, o peso das oligarquias, oriundas das elites tradicionais (de caráter agrário), associadas à propriedade da terra, ressalta a importância dos grandes proprietários rurais e realça o caráter conservador dos partidos políticos locais e também incide sobre as instituições e carreiras políticas locais. Por outro, a dinâmica incipiente da economia local, associada à emergência de inúmeros municípios que dependem da produção agrícola ou dos repasses estaduais e federais, permitem vislumbrar um cenário em que se destaca o peso do executivo, federal ou estadual, para o desempenho eleitoral candidatos aos cargos legislativos e dos partidos políticos.

A partir disto, ao analisarmos o caso dos parlamentares (senadores, deputados estaduais e federais) de Mato Grosso do Sul, podemos destacar alguns elementos.

Vale observar, preliminarmente, que a Assembléia Legislativa do estado (ALEMS) é composta por 24 deputados estaduais³ e, como iremos demonstrar, possui uma alta taxa de reeleitos em comparação com os demais estados, confirmando o que apontam Lago e Rotta (2014). Neste sentido, se destaca, como um dos casos mais emblemáticos, a trajetória do ex-deputado Londres Machado que já ocupava uma cadeira desde a década anterior e conseguiu se reeleger durante quase todo o período analisado (entre 1990 e 2010).

Neste sentido, seu caso parece exemplificar o grau de personalismo político e da pouca relevância dos partidos políticos, como apontado Leoni, Pereira e Rennó (2003) pois Londres Machado passou por seis partidos (PDS, PFL, PST, PSDB, PL, PR), além da ARENA no período da ditadura militar. Desta forma, foi favorecida pelo que Leoni e Pereira (2007) chamaram de ambição estática, pois optou por sua reeleição para deputado estadual ao invés de tentar galgar outros cargos públicos.

A partir deste caso emblemático, a análise sobre o processo de reeleição para deputado estadual no estado, deve levar em consideração, inicialmente, os indicadores relacionados a desistência e reapresentação dos parlamentares, como pode ser observado abaixo:

Quadro 1: Desistência e Reapresentação dos Deputados Estaduais no MS

³ Os deputados estaduais reeleitos no período foram:

- 1990: Londres Machado (PST); Maurício Picarelli (PST); André Puccinelli (PMDB); Valdenir Machado (PMDB); Roberto Razuk (PDT); Cícero de Souza (PFL); Armando Anache (PTB);
- 1994: Maurício Picarelli (PP); Cícero de Souza (PFL); Londres Machado (PFL); Waldemir Moka (PMDB); Valdenir Machado (PDT); Éder Brambila (PTB); Franklin Masruha (PDT); Waldir Neves (PP); Valdomiro Gonçalves (PTB); Zeca do PT (PT); Anilson Prego (PT);
- 1998: Londres Machado (PSDB); Celina Jallad (PMDB); Waldir Neves (PSDB); Roberto Orro (PSDB); Cícero de Souza (PTB); Jerson Domingos (PSDB); Maurício Picarelli (PFL); Murilo Zauith (PSDB); Zé Teixeira (PFL); Nelito Câmara (PMDB); Akira Otsubo (PSDB); Antônio Carlos Amoyo (PTB);
- 2002: Londres Machado (PL); Ary Rigo (PDT); Jerson Domingos (PSL); Flávio Kayatt (PSDB); Zé Teixeira (PFL); Onevan de Matos (PDT); Maurício Picarelli (PSD); Paulo Corrêa (PL); Antônio Braga (PPS); Waldir Neves (PSDB); Akira Otsubo (PSL); Antônio Carlos Amoyo (PL); Celina Jallad (PMDB); Roberto Orro (PSDB).

Ano	Deputado Estadual	Desistência	Reapresentação	Desistência (%)	Reapresentação (%)
1990	24	10	14	41,66	58,33
1994	24	7	17	29,16	70,83
1998	24	8	16	33,33	66,66
2002	24	9	15	37,5	62,5
2006	24	8	16	33,33	66,66
2010	24	5	19	20,83	79,16
2014	24	9	15	37,5	62,5
2018	24	8	16	33,33	66,66
Total	192	64	128	33,33	66,66

Como se pode observar, e já apontava Barreto (2008), os índices de reapresentação são elevados enquanto os de desistência são relativamente baixos para uma assembleia estadual. Além disto, destaca-se que em 1990 ocorreu a eleição com o maior percentual de desistentes (41,66%) entre os parlamentares. No que se refere as reapresentações, que são elevadas em todo o período, destaca-se o ano de 2010 em que cerca de 79,16% dos parlamentares se reapresentaram ao processo eleitoral, indicando a que quase todos os deputados estaduais se reapresentaram ao parlamento estadual, evitando maiores riscos as suas carreiras políticas.

Estes dados, embora revelem elementos importantes, devem ser complementados com os índices relacionados à reeleição e renovação líquida da ALEMS, que apontam que:

Quadro 2: Reeleitos e Renovação Líquida na ALEMS

Ano	Concorrentes	Reeleitos	Não Reeleitos	Vagas	Taxa de Reeleitos (%)	Renovação Líquida (%)
1990	14	7	7	24	50	50
1994	17	10	7	24	58,82	41,17
1998	16	12	4	24	75	25
2002	15	14	1	24	93,33	6,66
2006	16	12	4	24	75	25
2010	19	13	6	24	68,42	31,57
2014	15	13	2	24	86,66	13,33
2018	16	12	4	24	75	25
Total	128	93	35	192	72,77	27,21

A partir deste quadro, podemos observar que as taxas de reeleitos em média, com dados coletados de oito eleições parlamentares (1990-2018), chega a 72,77%, o que já apontam para um alto índice de reeleição, mas que se torna mais instigante quando se observar que, em 2002, ele alcança 93,33% (o maior índice do período) e, em 2014, chega a 86,66% de reeleitos, indicando a continuidade de carreiras políticas e a baixa renovação do parlamento estadual⁴. Tal aspecto é confirmado pelo índice de renovação líquida que possui uma média

⁴ Complementando a nota anterior, os demais deputados estaduais reeleito no período foram:

baixa para todo o período, cerca de 27,21%, mas que alcançou apenas 6,66% na eleição de 2002.

Disto resulta que, no que se refere a ALEMS, podemos constatar um índice elevado de reeleição e baixo de renovação líquida, o que permite apontar que a longevidade e a continuidade parecem se constituir num elemento importante para se analisar as carreiras políticas e o desempenho eleitoral dos partidos políticos no estado, dentre outros aspectos. Além disto, o estudo de casos particulares dos parlamentares reeleitos, que não é objeto deste trabalho, pode fornecer maiores elementos para compreender o grau de personalização da política estadual (em que se destacam os casos de Londres Machado, já mencionado, e Valdenir Machado) e, por consequência, de fragilidade dos partidos políticos, enquanto estruturas organizacionais relevantes.

No que se refere aos deputados federais, os índices de desistência e reapresentação se estruturaram da seguinte forma:

Quadro 3: Desistência e Reapresentação dos deputados federais no estado do Mato Grosso do Sul

Ano	Deputado Federal	Desistência	Reapresentação	Desistência (%)	Reapresentação (%)
1990	8	5	3	62,5	37,5
1994	8	2	6	25	75
1998	8	3	5	37,5	62,5
2002	8	5	3	62,5	37,5
2006	8	2	6	25	75
2010	8	4	4	50	50
2014	8	2	6	25	75
2018	8	4	4	50	50
Total	64	27	37	42,18	57,81

Como se pode observar no quadro acima, a taxa média de desistência é de 42,18%, sendo que as maiores taxas foram alcançadas nas eleições de 1990 e 2002 (cerca de 62,5% dos deputados não se reapresentaram), indicando índices mais elevados de desistência dos que os apresentados pelos deputados estaduais (média de 33,3%, com maior índice de 41,6% em 1990).

Além disto, vale observar que a taxa de reapresentação entre os deputados federais possui uma média de cerca de 57,81%, com o maior índice de 75% alcançado em três eleições do

-
- 2006: Londres Machado (PL); Ari Artuzi (PMDB); Ary Rigo (PDT); Onevan de Matos (PDT); Paulo Corrêa (PL); Jerson Domingos (PMDB); Zé Teixeira (PFL); Antônio Carlos Amoyo (PL); Akira Otsubo (PMDB); Pedro Kemp (PT); Maurício Picarelli (PTB); Antônio Braga (PDT); Pedro Teruel (PT);
 - 2010: Marquinhos Trad (PMDB); Zé Teixeira (DEM); Paulo Duarte (PT); Carlos Marun (PMDB); Jerson Domingos (PMDB); Onevan de Matos (PSDB); Paulo Corrêa (PR); Júnior Mochi (PMDB); Londres Machado (PR); Antônio Carlos Amoyo (PR); Maurício Picarelli (PMDB); Dione Hashioka (PSDB); Pedro Kemp (PT);
 - 2014: Marquinhos Trad (PMDB); Paulo Corrêa (PR); Júnior Mochi (PMDB); Zé Teixeira (DEM); Eduardo Rocha (PMDB); Felipe Orro (PDT); Onevan de Matos (PSDB); Mara Caseiro (PT do B); Márcio Fernandes (PT do B); Maurício Picarelli (PMDB); Cabo Almi (PT); Pedro Kemp (PT); Dr. Jorge Takimoto (PDT);
 - 2018: Renato Câmara (MDB); Onevan de Matos (PSDB); Zé Teixeira (DEM); Lídio Lopes (PATRIOTA); Paulo Corrêa (PSDB); Felipe Orro (PSDB); Barbosinha (DEM); Professor Rinaldo (PSDB); Márcio Fernandes (MDB); Eduardo Rocha (MDB); Cabo Almi (PT); Pedro Kemp (PT).

período (1994, 2006 e 2014). Tais índices são, novamente, menores que os apresentados para deputados estaduais (66% e 79,16%, respectivamente) indicando menores índices de desistência e de reapresentação entre os deputados federais, o que pode ser explicado por inúmeros fatores relacionados a quantidade distinta de cadeiras em disputa (8 e 24), aos custos das campanhas, a liderança e estratégias partidárias e o status distinto na hierarquia política dos cargos mencionados, dentre outros.

Quanto aos indicadores relacionados aos deputados federais⁵ reeleitos ou a taxa de renovação líquida, os dados indicam que:

Quadro 4: Reeleitos e Renovação Líquida dos Deputados Federais pelo MS

Ano	Concorrentes	Reeleição	Não Reeleitos	Vagas	Taxa de Reeleitos (%)	Renovação Líquida (%)
1990	3	2	1	8	66,66	33,33
1994	6	3	3	8	50	50
1998	5	3	2	8	60	40
2002	3	2	1	8	66,66	33,33
2006	6	5	1	8	83,33	16,66
2010	4	3	1	8	75	25
2014	6	3	3	8	50	50
2018	4	3	1	8	75	25
Total	37	24	13	64	65,83	34,16

Como pode ser observado, a taxa de reeleitos de deputados federais possui uma média elevada de 65,83% (quase 2/3), destacando-se a da eleição de 2006 com 83,33% (dos seis deputados que se reapresentaram, 5 conseguiram se reeleger), mantendo-se muito próxima da média nacional apontada por Samuels (2000).

Quanto ao índice de renovação líquida, a média foi de 34,16%, sendo que no período o maior índice refere-se as eleições de 2006 e 2014 (metade das vagas) e o menor pode ser observado na eleição de 2006 (cerca de 16,66%). De toda forma, pode-se constatar que as eleições para deputados federais, assim como aquelas relacionadas à ALEMS, apresentam altos índices de reapresentação e reeleição, indicando uma relativa estabilidade nas carreiras políticas do estado e se destacam, para cima, em relação ao padrão nacional.

Por fim, vale mencionar os casos dos deputados federais Waldemir Moka (PMDB) e Nelson Trad (PMDB), pelo centro, e de Vander Loubet (PT), da esquerda, que se reelegeram inúmeras vezes, indicando que a reeleição perpassa todo o espectro político-partidário estadual e, também, o caso de Marisa Serrano (PSDB), que eleita em 1994, se reelege em 1998 e, após a disputa sem êxito para o governo do estado, consegue uma cadeira no senado

⁵ Os deputados federais reeleitos no período foram:

- **1990:** José Elias Moreira (PTB); Valter Pereira (PMDB); - **1994:** Marilu Guimarães (PFL); Nelson Trad (PTB); Flávio Derzi (PP); - **1998:** Marisa Serrano (PSDB); Flávio Derzi (PPB); Nelson Trad (PTB); - **2002:** Waldemir Moka (PMDB); Nelson Trad (PTB); - **2006:** Vander Loubet (PT); Waldemir Moka (PMDB); Nelson Trad (PMDB); Dr. Antônio Cruz (PP); Biffi (PT); - **2010:** Vander Loubet (PT); Geraldo Resende (PMDB); Biffi (PT); - **2014:** Geraldo Resende (PMDB); Vander Loubet (PT); Mandetta (DEM); - **2018:** Teresa Cristina (DEM); Vander Loubet (PT); Dagoberto Nogueira Filho (PDT).

federal, confirmando uma estratégia de ambição progressiva indicada por Leoni, Pereira e Rennó (2003).

Finalmente, no que se refere aos índices de desistência e reapresentação para o senado federal, podemos constatar os seguintes dados:

Quadro 5: Desistência e Reapresentação dos senadores do MS

Ano	Senador	Desistência	Reapresentação	Desistência (%)	Reapresentação (%)
1990	1	1	0	100	0
1994	2	1	1	50	50
1998	1	1	0	100	0
2002	2	1	1	50	50
2006	1	1	0	100	0
2010	2	1	1	50	50
2014	1	1	0	100	0
2018	2	0	2	0	100
Total	12	7	5	58,33	41,66

Como pode ser observado, o índice de desistência apresenta uma média de 58,33% e alcança a totalidade nas eleições de 1990, 1998, 2006 e 2014 quando havia somente uma cadeira em disputa, indicando uma maior renovação política em relação aos deputados federais e estaduais. Além disto, a média do índice de reapresentação é relativamente baixa, cerca de 41,66%, não ocorrendo reapresentações em 4 eleições do período (1990, 1998, 2006 e 2014) e somente na eleição de 2018 se reapresentaram os dois senadores que possuíam mandato. Desta forma, embora seja importante considerar o pequeno número de cadeiras em disputa, pode-se observar uma maior competitividade nas eleições para senado federal do que ocorre nos outros cargos legislativos.

Em relação a taxa de reeleição e renovação líquida, os dados indicam que:

Quadro 6: Reeleitos e Renovação Líquida dos senadores pelo MS

Ano	Concorrentes	Reeleitos	Não Reeleitos	Vagas	Taxa de Reeleitos	Renovação Líquida
1990	0	0	0	1	0	0
1994	1	0	0	2	0	0
1998	0	0	0	1	0	0
2002	1	1	0	2	50	50
2006	0	0	0	1	0	0
2010	1	1	0	2	50	50
2014	0	0	0	1	0	0
2018	2	0	0	2	0	0
Total	5	2	0	12	12,5	12,5

Desta forma, pode-se observar, confirmando o que apontávamos acima, que a taxa de reeleição para senado federal é relativamente baixa, possuindo uma média de 12,5% e

apresentando poucos reeleitos no período. Apesar disto, a taxa de renovação líquida em duas eleições, 2002 e 2010, indica que, devido o baixo número de cadeiras em disputa e de competidores, a disputa para senado federal é muito competitiva, confirmando um status diferenciado deste cargo na hierarquia parlamentar.

Dos dados e análises apontados ao longo do trabalho decorre que, apesar de se aproximarem aos indicadores nacionais, os índices de reapresentação e reeleição no estado são relativamente mais elevados, indicando uma maior continuidade e longevidade das carreiras políticas e uma menor renovação, que se torna mais evidente, quando se compara os dados relativos aos deputados estaduais, federais e senadores.

De toda forma, por se tratar de uma dinâmica complexa e que possui um caráter multidimensional, novos trabalhos são necessários para compreender outros elementos fundamentais relacionados a reapresentação e reeleição no estado, como aqueles relacionados a cultura política, aos partidos políticos, a influência do executivo (federal, estadual ou municipal) e a interação com o sistema político-partidário nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou discutir os índices e os impactos da reapresentação e reeleição entre os deputados estaduais e federais e senadores do Mato Grosso do Sul nas eleições realizadas entre 1990 e 2018.

Para tanto procurou, inicialmente, analisar os diversos conceitos e aspectos relacionados ao debate sobre a reeleição no Brasil, considerando a produção bibliográfica sobre o tema.

Neste sentido, procuramos apontar que a reeleição é um mecanismo, presente no sistema político brasileiro, que tem seus efeitos acentuados pelo sistema eleitoral adotado no país, o proporcional de lista aberta, que potencializa seus efeitos no desenvolvimento das carreiras políticas e na organização dos partidos e disputas eleitorais. Desta forma, o sistema de lista aberta reforça o caráter individual e personalista da representação política, gerando competição intra-partidária, e fragilizando a organização e consolidação dos partidos políticos brasileiros, contribuindo para os elevados índices de reeleição no país.

Além disto, discutimos a relação entre o desenvolvimento de carreiras políticas e a reeleição, demonstrando como isto impacta a atuação parlamentar que deve buscar um equilíbrio entre uma atuação dentro ou fora do parlamento e, principalmente, considerar sua relação com o poder executivo (principalmente, governadores e presidente) como um elemento que pode impulsionar ou dificultar qualquer tentativa de reeleição, no caso brasileiro.

A partir disto, demonstramos que, no caso de Mato Grosso do Sul, há um elevado índice de reapresentação de candidaturas e, principalmente, de reeleição de representantes quando se considera o caso de senadores, deputados estaduais e federais. No caso dos deputados estaduais o índice de reeleição chegou a 86,66% em 2014, de deputados federais alcançou 83,33% em 2006 e também é elevado entre os senadores, apesar desta se mostrar como a eleição mais competitiva entre os cargos analisados.

Disto resulta um baixo índice de renovação líquida dos representantes estaduais (senadores, deputados estaduais e federais) que indica uma maior longevidade das carreiras

políticas, induz debates relacionados ao peso do executivo na política estadual e afeta a dinâmica político-partidária estadual.

De toda forma, esta análise confirma a importância das eleições para o processo de reeleição e renovação política, indicando que, no estado analisado, os índices de reeleição são elevados, no entanto, novos estudos são necessários para aprofundar determinados elementos, como a liderança política ou a gestão das carreiras no estado, ou fornecer um quadro mais abrangente sobre seus efeitos no sistema político e partidário do estado e suas implicações para a dinâmica política local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMES, Barry. *Electoral Strategy under Open-list Proportional Representation*. Chicago: American Journal Of Political, 1995.
- AVELAR, L & CINTRA, A, O. (orgs). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. *Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014)*. Campinas: Revista Opinião Pública, v. 23, n. 1, p. 1-22, 2017.
- BARRETO, Alvaro. *Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara dos Vereadores de Pelotas (1976-2004)*. Campinas: Revista Opinião Pública, v. 14, n. 1, p. 123-148, 2008.
- BITTAR, M. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.
- BRAMBOR, Thomas; CENEVIVA, Ricardo. *Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros*. São Paulo: CEBRAP, v. 20, n. 93, p.1-8, 2012.
- CHAGAS, Wagner Cordeiro. *As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Life, 2016.
- FENNO, Richard. *Home Style: House members in their districts*. Boston: Brown And Company, 1978.
- FLORENTINO, Renata. *Saindo da cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006)*. Curitiba: Revista Sociologia e Política, v. 16, n. 30, p. 1-16, 2008.
- LAGO, Ivann Carlos; ROTTA, Edemar. *Conexão eleitoral e reeleição entre deputados federais do sul do Brasil/ 1998-2010*. Curitiba: Revista Sociologia e Política, v. 22, n. 49, p.1-13, 2014.
- LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. *Estratégia para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na câmara dos deputados do Brasil*. Campinas: Opinião Pública, v.9, n.1, p. 1-14, 2003.
- MANCUSO, Wagner Pralon; UEHARA, Carolina; SBEGUE, Anita de Cássia; SAMPAIO, Caroline Miranda. *Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49^a (1991-1995) e 53^a (2007-2011)*. Campinas: Opinião Pública, v. 19, n. 2, p. 1-11, 2013.
- MEIRELES, Fernando. *Carreiras políticas na câmara dos deputados: uma análise quase experimental*. Rio de Janeiro: Dados, v. 62, n. 4, p. 1-21, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe, Marques, Danusa and Machado, Carlos Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, Set 2015, vol.58, no.3, p.721-747.

MIRANDA, Daniel de; SILVA, Marcos A. da; MIRANDA, Victor de (orgs.). Os (des) caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradição, continuidades e rupturas. Campo Grande: UFMS, 2019.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n. 84, p. 1-17, 2014.

NICOLAU, Jairo M. Sistemas Eleitorais: uma introdução. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. O que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. São Paulo: Revista Economia e Política, v. 27, n. 4, p.1-14, 2007.

SCHMITT, R. A. "Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol.54, 1999.

SAMUELS, David. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. Saint Paul: Legislative Studies Quarterly, 2000.

SILVA, Marcos Antonio da. A dinâmica eleitoral em Mato Grosso do Sul. Curitiba: CRV, 2019.